

4CEDFEPLIC04

**MODERNIDADE, JUVENTUDE, RISCO E RECONHECIMENTO:
UMA ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS SÓCIO-CULTURAIS DO PROJovem.**
Jean Carlo de Carvalho Costa⁽¹⁾, Swamy Soares dos Santos⁽¹⁾, Carmem Moizinho⁽¹⁾,
Maira Lewtchuk⁽³⁾, Marília Freire⁽³⁾

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo apresentar e intervir, crítica e reflexivamente, sobre alguns dos elementos de uma política pública direcionada para Juventude com ênfase na Educação, o ProJovem – Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária, especialmente no concerne ao PLA. Nosso campo investigativo é o município de João Pessoa, capital do Estado da Paraíba, onde o programa tem se desenvolvido desde janeiro de 2006. Neste sentido, o foco central do texto é a análise das respostas, via políticas públicas, do Estado brasileiro diante da juventude como “questão social”. O ProJovem, conforme demonstra os documentos oficiais que estruturam o programa, especificamente a Lei n. 11.129, de 30 de junho de 2005, se apresenta como uma das três medidas fundamentais do atual governo no sentido de implantar uma política pública que atenda a essa parcela da população. Ainda segundo os documentos, a criação do programa marca a estruturação do Estado para responder às questões advindas da juventude, especialmente os jovens considerados em situação de vulnerabilidade social. Ressaltamos que este programa é vinculado à Secretaria da Juventude do governo Luis Inácio Lula da Silva, diretamente ligado à Secretaria da Presidência da República, com participação do Ministério da Educação e Ministério do Trabalho.

Este artigo está subdividido em três momentos: primeiramente, iremos apresentar, de forma sucinta, as características gerais tanto do programa quanto do município pesquisado. No segundo momento, iremos discutir os principais pontos que relacionam contemporaneamente juventude e política educacional e, finalmente, a partir dos dados relativos à pesquisa, apresentaremos nossas (in)conclusões tanto sobre às possibilidades observadas como também sobre os limites identificados relativos à impossibilidade de articular a tensão anunciada entre “local” e “global” interna à gestação e execução da política pública, centrando, inicialmente, as na implementação do PLA.

1. Uma breve cartografia do ProJovem

Com mais de um ano de sua implantação em nível nacional, o ProJovem realiza um trabalho que tem como público-alvo jovens das capitais dos Estados da federação com idade entre 18 e 24 anos que tenham concluído a 4.^a série mas não tenham concluído a 8.^a O programa, que tem como uma das finalidades a conclusão do ensino fundamental no período de um ano, tem por objetivo:

⁽¹⁾ Bolsista, ⁽²⁾ Voluntário/colaborador, ⁽³⁾ Orientador/Coordenador ⁽⁴⁾ Prof. colaborador, ⁽⁵⁾ Técnico colaborador.

(...) proporcionar formação integral ao jovem, por meio de uma associação entre: elevação da escolaridade, tendo em vista a conclusão do ensino fundamental; qualificação profissional com certificação de formação inicial; e desenvolvimento de ações comunitárias de interesse público. Além disso, o Programa contribui especificamente para a re-inserção do jovem na escola, a identificação de oportunidades de trabalho e capacitação, a identificação, elaboração de planos e o desenvolvimento de experiências de ações comunitárias e a inclusão digital como instrumento de trabalho e comunicação (BRASIL, 2006).

Neste sentido, cada jovem integrante recebe uma bolsa no valor de R\$ 100,00 (cem reais) como forma de ajuda de custo; esta bolsa é condicionada à freqüência do jovem e entrega regular das atividades desenvolvidas no programa. Em João Pessoa, as primeiras turmas do ProJovem iniciaram suas aulas no mês de Janeiro de 2006; sua estrutura se mostra, em nível de organização, bastante inovadora:

O Programa é desenvolvido em Núcleos, compostos de 5 turmas com 30 jovens, que funcionam diariamente, em locais onde há espaços adequados disponíveis e, se possível, próximos aos domicílios dos estudantes. Dada à exigência metodológica do programa, que se fundamenta no trabalho coletivo dos docentes, não é possível separar fisicamente as cinco turmas de um núcleo. Os núcleos, por sua vez, estarão vinculados a uma **Estação Juventude**. Local para onde os jovens e os educadores, que atuam nos núcleos, possam se deslocar com alguma freqüência. A **Estação Juventude** funciona como espaço de referência para os jovens. É um local de encontro, busca de informação e orientação, estudo, servindo, ainda, para o desenvolvimento de atividades em grupo, realização de eventos culturais, entre outras ações que favorecem o processo formativo, a expressão cultural e a participação cidadã (BRASIL, 2006).

O governo federal e os municípios têm responsabilidades partilhadas na condução do Programa; essa forma de gestão se expressa tanto na oferta de condições estruturais quanto na organização pedagógica e na avaliação e monitoramento (responsabilidade do governo federal). Isso por um lado, demonstra a preocupação de uma ação coordenada pela União, principalmente para garantir condições estruturais próximas em um país marcado pela desintegração regional; por outro lado aponta para uma forte responsabilidade dos poderes locais (municípios) na condução do Programa. As primeiras aproximações com nosso objeto de estudo revelam, a partir desta dinâmica, que a ação do poder local na condução do programa tem se apresentado como fator decisivo no seu desenvolvimento. Neste sentido, há de se aprofundar, para além das delimitações deste artigo, até que ponto o ProJovem permite uma articulação entre as instâncias estatais que transcenda algo constante nos últimos anos na condução de várias políticas públicas no Brasil: uma distância entre o planejamento centralizado e a execução desconcentrada, ou seja, sem a efetiva participação das instâncias locais.

No que se refere à questão pedagógica, o ProJovem é organizado em Unidades Formativas, que pretendem ser eixos de articulação entre as áreas de Língua Portuguesa, Artes, Matemática, Língua Estrangeira e Informática e a introdução à profissionalização e ação comunitária. Segundo as informações oficiais do Programa, as Unidades são assim organizadas:

Unidade Formativa I: Juventude e Cidade

A juventude e as práticas de ocupação do espaço urbano pelos jovens (vivência na cidade globalizada). Re-posicionamento diante das dinâmicas urbanas de inclusão e exclusão social.

Unidade Formativa II: Juventude e Trabalho

O Mundo do Trabalho, as transformações pelas quais vem passando na sociedade contemporânea e as práticas de inserção dos jovens no trabalho. Reposicionamento diante das dinâmicas de inclusão e exclusão no trabalho e na escola.

Unidade Formativa III: Juventude e Comunicação

Informação e comunicação na sociedade contemporânea e as práticas dos jovens. Reposicionamento diante das dinâmicas de inclusão e exclusão no acesso à informação e à comunicação.

Unidade Formativa IV: Juventude e Cidadania

Diferenças sócio-culturais que segmentam a juventude brasileira: preconceitos e discriminações intra e intergeracionais. Reposicionamento diante das dinâmicas (BRASIL, 2006).

A partir das informações sucintamente apresentadas, observamos um caráter de inovação do programa, partindo de uma primeira análise de sua proposta. O caráter de “inovação” se dá tanto pelo direcionamento pedagógico quanto pelas intenções de uma ação integrada entre conteúdos curriculares, formação profissional e introdução do jovem às ações comunitárias. Outro ponto de destaque é a forma de avaliação/monitoramento do programa. Foi estabelecida uma parceria entre o governo federal e instituições públicas de ensino superior para dar encaminhamentos aos sistemas periódicos de monitoramento e avaliação. Nestas primeiras aproximações percebemos os diversos atores envolvidos na condução do ProJovem; destacamos o fato de que esses atores interagem em uma rede de responsabilidades conjuntas que se configura como fundamental para a qualidade da política pública. Entretanto, para além dos olhares sobre as propostas, se faz necessário aprofundar as “nuances” desta relação estabelecida entre as esferas do próprio Estado na condução de políticas para a Juventude. No tópico seguinte iremos discutir tal questão começando com um esclarecimento sobre o próprio termo juventude, entendido neste artigo não como uma categoria homogênea ou ainda diretamente ligada às questões de idade ou maturação biológica. O entendimento da “juventude” passa, necessariamente, pela consideração de fatores múltiplos que referenciam o termo como categoria social.

2. Juventude e política educacional

As transformações sociais ocorridas nas últimas décadas colocam em evidência as desigualdades sociais existentes entre diversos grupos. Neste contexto, a condição juvenil vem ocupando lugar de destaque no cenário nacional, haja vista as situações de *risco* a que este grupo encontra-se exposto, principalmente, decorrente da falta de oportunidades, independente do nível social no qual se inserem.

Do ponto de vista sociológico, a noção de risco se encontra intimamente atrelada aos desmembramentos recentes da modernidade. De acordo com simples observações efetuadas no cotidiano e não apenas derivadas de reflexões teóricas mais sofisticadas, essa modernidade caracteriza-se por uma dimensão de *risco*s, tanto *globais* quanto *locais*, mais específicos de biografias privadas (GIDDENS, BECK & LASH, 1997). Em relação aos globais, é possível discernir crise ambiental, terrorismo internacional, ameaças econômicas (mas também, por exemplo, sanitárias) de tipo planetário, novas modalidades de desigualdade social, a partir do empobrecimento crescente de áreas cada vez mais vastas do planeta, e, associadas a essa última, novas formas de subocupação com reflexos devastadores no plano existencial. Sobre os mais específicos, podemos observar as conseqüências derivadas da impossibilidade de emprego, diminuição em relação ao grau de instrução, ausência de acesso às diversas tecnologias, bem como determinadas patologias sócio-psíquicas atreladas ao consumo excessivo. Daí a gestação de inquietações internas às políticas públicas, de modo geral, e, mais especialmente, às políticas educacionais, no que tange à necessidade de administrar elementos globais e, muitas vezes, específicos de determinadas localidades. O Pro-Jovem, neste sentido, trata-se de um programa do governo federal cujo objetivo é, na medida do possível, articular estas duas dimensões de ação no programa destinado à juventude.

Considerado, tradicionalmente, um período de transição entre a adolescência e a fase adulta, a juventude é considerada um período que não é delimitado pelos “marcos etários” definidores da adolescência. Diferente desta última, o termo juventude é muito mais demarcado pelas questões sociais que o permeia, do que a idade do sujeito. Autores como Abramo (1994), Melucci (1997) e Novaes (2000) enfatizam a necessidade de se compreender a juventude a partir da pluralidade, da diversidade de elementos sócio-culturais que constituem as experiências juvenis, considerando os elementos históricos, culturais, econômicos e religiosos que permeiam grupos de jovens, evidenciando as particularidades emergentes nas distintas juventudes. Neste sentido, a compreensão do termo encontra-se, prioritariamente, vinculada a formas de expressão, comportamentos, opções e estilos de vida (MINAYO, 1999).

Sendo um momento pré-fase adulta, com características das mais diversas, neste período da vida é comum ao jovem a preocupação com o futuro, com a segurança e com a garantia de oportunidades que, de fato, o permita ser considerado adulto através da assunção de responsabilidades características, ligadas mais diretamente às definições de suas escolhas, tanto no que se refere ao mundo do trabalho, como emprego fixo, autonomia financeira, quanto

de sua dimensão privada, ou seja, definições sobre sexualidade, identificação grupal, possibilidade de constituir e manter sua família etc.

Apesar destas preocupações serem comuns em jovens de diferentes grupos sociais, a busca para atingir esta meta é mais precoce e acentuada em jovens de baixa renda, haja vista as constantes experiências destes em relação a insegurança, a uma certa opacidade e inevitáveis elementos de risco que, do ponto de vista da teoria social, constitui, ainda que com certas ressalvas (COSTA, 2004), a própria modernidade (GIDDENS, 1991; GIDDENS, BECK & LASH, 1997). As influências do fenômeno da globalização também afetam de modo diferenciado os distintos contextos e grupos, ampliando, por um lado, as possibilidades de acesso a informações e benefícios para alguns setores da sociedade e, por outro, excluindo grupos dos mesmos benefícios, aumentando, assim, as desigualdades sociais.

As desigualdades sociais, existentes já há um longo período, tornam-se ainda mais evidentes na medida em que as transformações na sociedade ocorrem de modo cada vez mais acelerado, dificultando o acesso das minorias aos benefícios tecnológicos, sociais e educacionais, os quais passam a ser considerados fundamentais para o acesso a informações relevantes, para a qualificação educacional e a competência profissional dos jovens, especialmente quando se tratar do primeiro emprego. Deste modo, as preocupações da juventude contemporânea, especialmente dos jovens de baixa renda são, de acordo com Melucci (1997), reflexo das incertezas características das sociedades modernas, decorrentes do acelerado ritmo de transformação social, as quais remetem a inseguranças relacionadas ao acesso à educação de qualidade, à profissionalização e capacitação adequada ao mercado de trabalho.

O ritmo das transformações sociais interfere nos comportamentos, práticas e preocupações na relação da sociedade com aspectos como educação e trabalho, neste caso, estabelecendo uma relação entre ambos, considerando o primeiro, condição básica para o segundo.

Partindo de tais premissas, estudos sobre a juventude brasileira, realizados a partir da década de 1990, têm abordado aspectos que investigam o protagonismo juvenil na constituição de grupos culturais (ABRAMO, 1994), na participação em movimentos políticos e sociais (PAIVA, 2000) e em movimentos contra a violência (PAIVA, 2000; NOVAES, 2000), relações de preconceito contra a juventude produzidas pela mídia (ALVIM, 2000), inserção dos jovens no mercado de trabalho (BOCK, 2000; MARTINS, 2000) e as preocupações do jovem (CARDOSO, 1994; MELUCCI, 1997), analisando o fio condutor destas a fim de compreender a realidade, as expectativas e preocupações da juventude estudantil contemporânea.

O mais abrangente dos estudos neste período é a pesquisa "*Perfil da Juventude Brasileira*", por meio da qual foi realizado um amplo levantamento quantitativo sobre os jovens brasileiros, com a finalidade de apresentar informações e resultados com representatividade estatística nacional para o Governo Federal, a fim de viabilizar propostas de políticas públicas para a juventude. O estudo foi constituído por uma amostra de 3.501 jovens, distribuídos em

diferentes regiões (capitais, interior e distrito federal), respeitando as características e diversidades regionais do *Projeto Juventude*, desenvolvido pelo Instituto Cidadania com o fim de apresentar ao Governo propostas de políticas públicas. O tema Juventude, escolhido para as discussões entre o período de 2003 e 2004 resultou em trabalhos divulgados em duas publicações: “*Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*” e “*Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional*”. Os referidos trabalhos têm servido como subsídios para implantação de políticas públicas para a juventude. Nos últimos três anos o governo Lula tem desenvolvido discussões interministeriais que resultaram no ano de 2005, nas três ações coordenadas pelo governo federal referentes à Juventude: o lançamento do Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária – ProJovem; a constituição da Secretaria Nacional de Juventude, e, por fim, a implantação do Conselho Nacional de Juventude.

Neste sentido, destacamos a preocupação do Estado em responder às questões impulsionadas pela Juventude, ou seja, a preocupação em responder aos anseios juvenis como questão social, cujo espaço, na agenda dos governos, é relativamente recente (SOUZA, 2006). Como ressaltamos anteriormente, a questão social refere-se aos diversos movimentos que questionam a própria existência da sociedade (CASTEL, 1998). Se, por um lado, a discussão sobre questão social ganhou sistematização a partir do século XIX, com as conseqüências do pauperismo na sociedade industrial européia, ganhou contornos diferenciados a partir do século XX. Os contornos, grosso modo, ligavam-se à inserção do indivíduo no mundo do trabalho, portanto, tinham as classes sociais como principal referência de luta, debate e enfrentamento (a questão social liga-se, nessa perspectiva, diretamente às características econômicas advindas da sociedade assalariada do século XX).

Contemporaneamente, podemos observar um desafio tanto para o entendimento da realidade quanto para a proposição de políticas públicas: a complexidade social nos remonta não mais a um tipo de enfrentamento da questão social, mas sim, à consideração da diversidade tanto de grupos quanto de realidades. Neste sentido, o jovem, mesmo aquele considerado vulnerável socialmente, não é uma “unidade” cujo vetor principal é a inserção no mundo dos economicamente produtivos; tão pouco constitui um todo homogêneo do ponto de vista sócio-cultural. A necessidade de consideração da diversidade ao se falar de juventude é imperativa para o sucesso de uma ação política conduzida pelo Estado. Há de se perguntar em que medida as atuais ações citadas interagem com as “novas questões sociais da juventude brasileira”.

3 - Metodologia

Como já foi colocado anteriormente, uma das finalidades do ProJovem é o desenvolvimento e aplicação de um Plano de Ação Comunitária, o PLA, segundo as propostas do ProJovem:

O Plano de Ação Comunitária é um instrumento construído pelos jovens nas Unidades I e II do curso, com o apoio do professor-orientador, para organizar e orientar o engajamento e a participação cidadã em ações sociais de interesse público que serão realizadas no decorrer das Unidades III e IV do Programa. O PLA deve servir como um “guia para a ação”, descrevendo o caminho que será percorrido pelos jovens e os procedimentos e as ferramentas que serão utilizados. (Brasil, 2006, p.40).

São finalidades do PLA, segundo o Projeto do Programa (2006, p. 40):

- Ampliar a percepção e os conhecimentos sobre a realidade social, econômica, cultural, ambiental e política - local, regional e nacional – a partir da condição juvenil.
- Promover o protagonismo e a participação crítica e transformadora dos jovens na vida pública.
- Contribuir para a formação do jovem na perspectiva do reconhecimento dos direitos e deveres de cidadania.
- Propiciar a articulação entre as aprendizagens proporcionadas pelos componentes curriculares do programa por meio de vivências e práticas solidárias, cooperativas e cidadãs.
- Fortalecer os espaços de socialização juvenis, bem como os vínculos familiares, de vizinhança e comunitários.

O PLA possui a menor carga horária das atividades feitas pelos jovens durante o programa, apenas 50 horas, e o Projeto Pedagógico está definido no campo da assistência e da seguridade social. Porém este pode ser um espaço bastante fértil para o desenvolvimento da cidadania destes jovens. Os jovens, nesta perspectiva, podem não ser apenas integrantes do programa, mas também seus construtores, pois este jovem terá um espaço dentro de sua comunidade para agir e assim poder elaborar a auto-imagem em função de sua participação na comunidade a partir da inserção nos grupos que a constituem. Por isso sentimos a necessidade de avaliar como estão sendo realizadas as atividades ligadas ao PLA.

3.1 - Amostra

Para efetivar tal avaliação, atendendo a procedimentos metodológicos que nos possibilitassem apreender o contexto específico dos participantes do Programa, foram escolhidos três núcleos situados em pontos diferentes da região de João Pessoa e ligados cada um a uma Estação da Juventude diferente, a saber: Núcleo Ernany Sátiro ligado a Estação da Juventude V (Luz); Núcleo 2, Menino Jesus, ligado a Estação da Juventude IV (Harmonia), localizado no bairro do Tambiá; e Núcleo Aruanda, ligado a Estação da Juventude VII (Paz), localizado no bairro dos Bancários.

A amostra foi constituída por 91 jovens participantes do programa, com idade entre 18 e 24 anos que concluíram a 4.^a série, mas que não tenham concluído a 8.^a. Eles foram

escolhidos em função da representatividade específica de cada Núcleo, possibilitando, assim, uma percepção mais global dessa participação.

3.2 - Instrumento de Coleta de Informação

A elaboração do Instrumento foi derivada dos estudos desenvolvidos no Grupo de Pesquisa relativos a questões mais gerais envolvendo a temática da juventude, como também questões mais específicas, consequência das inquietações internas ao Projeto relativas à implementação do PLA ao longo do desenvolvimento do Programa.

Nesse sentido, o instrumento que, segundo Cruz Neto (1995), consiste numa forma de obter informações através de perguntas previamente elaboradas, mais que permitem ao entrevistador uma maior flexibilidade, foi constituído por 7 perguntas, sendo 5 questões subjetivas, onde ele pudesse se posicionar mais livremente em relação ao PLA e 2 questões objetivas, que nos possibilitara informações complementares.

As questões, seguindo os objetivos do Projeto, foram relativas à participação dos jovens em grupos distintos do Programa, bem como ao conhecimento deles sobre o PLA e os possíveis desdobramentos de sua participação nas expectativas relativas ao futuro. A entrevista semi-estruturada valoriza a presença do investigador e também oferece todas as perspectivas possíveis para que o entrevistado alcance a liberdade e a espontaneidade necessária, enriquecendo a investigação. Assim, o entrevistado, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências, começa a participar na construção do conteúdo da pesquisa (Trivinos, 1987).

3.3 - Procedimentos

Inicialmente, os coordenadores do Projeto elaboraram uma breve carta cujo objetivo era possibilitar o acesso dos entrevistadores às escolas selecionadas. Em um segundo momento, tendo esse acesso sido concedido, os entrevistadores explicaram aos informantes a natureza da pesquisa e os seus objetivos. Os questionários, por sua vez, foram aplicados coletivamente nas salas de aula para cerca de 20 jovens em média.

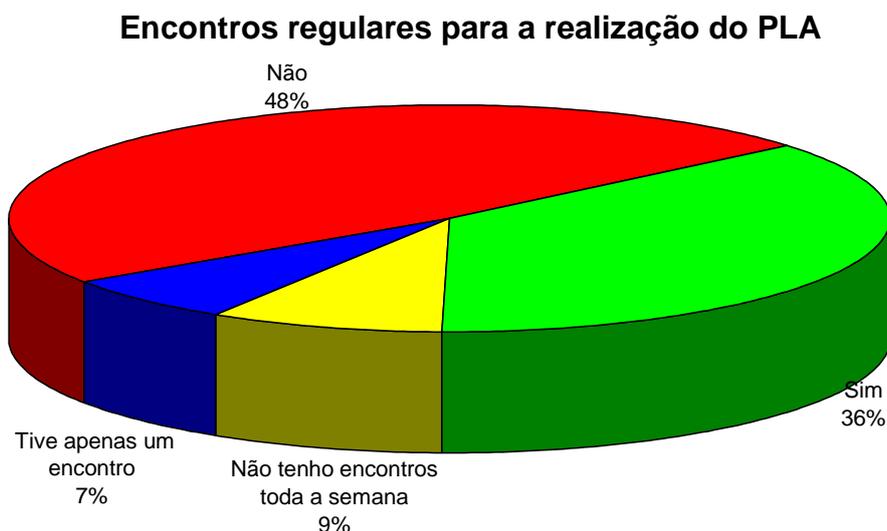
Em um terceiro momento, os conteúdos dos questionários foram integralmente transcritos pelas alunas-entrevistadoras, sendo a eles impingida algumas escassas modificações no intuito de possibilitar uma maior inteligibilidade às análises posteriores. Às análises, ainda em fase inicial, foram realizadas coletivamente a partir das impressões dos participantes do Projeto, guiadas, especialmente através da noção de “reconhecimento social” (cf. Taylor, 2000) e das implicações decorrentes da implementação do PLA sobre a auto-percepção dos jovens em relação ao elemento contingente que caracteriza a noção de futuro e a idéia de risco a ele associada (Leccardi, 2005).

4 – Análise dos Resultados

Segundo Lang, Campus e Demartini (2001, p.12), “o documento gerado não fala por si só, mas precisa ser interpretado e analisado quanto à forma e ao conteúdo considerando a finalidade e a maneira como foi construído, e tendo sempre em vista os objetivos da pesquisa e o conceitual teórico em que se apóia”.

No ProJovem, esses alunos estão finalizando a unidade formativa II e entrando na III; por isso já deveriam está com a primeira etapa do projeto do PLA praticamente finalizada: diagnóstico e elaboração do projeto, para que nas duas unidades seguintes esses possam aplicar executar o projeto.

Porém, ao serem perguntados se estão tendo encontros regulares a grande maioria dos jovens respondeu que não, como pode ser observado no gráfico abaixo:



Outra constatação que podemos verificar é que os problemas relativos à comunidade citados pelos jovens são de grande amplitude, mostrando que, talvez, a etapa de diagnóstico do PLA não tem sido bem aplicada em tais núcleos. Segundo o Projeto do Programa ProJovem (2006, p. 41):

Tem a finalidade de construir novos conhecimentos sobre o território em que os jovens vivem, para que apreendam o contexto sócio-político, econômico, cultural e urbano em que estão inseridos; para possibilitar que se apropriem com profundidade crítica e analítica de realidades antes percebidas superficialmente; que se conscientizem de suas potencialidades e dificuldades e se comprometam com a

busca de soluções conjuntas e coletivas para melhorar e qualificar o ambiente em que vivem.

A maioria das respostas não mostram esta consciência da realidade local. Os principais problemas foram os relativos à violência, saúde, polícia, saneamento básico, desemprego, segurança, lixo, drogas, creche, falta farmácias, ruas calçadas. Problemas de grande abrangência e não relativo às comunidades específicas. Como por exemplo:

“A violência, e o trânsito” (Informante 1)

“Falta de segurança, falta saneamento básico e etc” (Informante 2)

“As drogas e falta de emprego” (Informante 3)

Ao responderem a questão referente ao PLA, a grande maioria dos jovens reconhece a sua importância para melhoria de vida da sua comunidade:

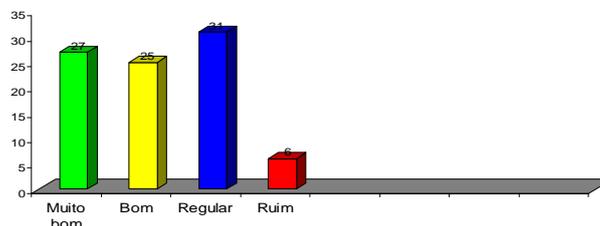
“O Pla é importante para a comunidade porque junta os moradores e discute os problemas do bairro.” (Informante 4)

“Sim porque discuti os problemas do nosso bairro.” (Informante 5)

“Sim, porque assim podemos reivindicar os problemas e temos mais chances de sermos ouvidos.” (Informante 6).

Sobre a avaliação das atividades desenvolvidas no PLA a maioria dos jovens a avaliam como sendo boas ou muito boas, porém, nesta mesma questão, ao perguntarmos sobre o conhecimento que o jovem tem da sua comunidade após o desenvolvimento do PLA, a maioria respondeu ser regular, esta também é a subquestão que apresenta mais respostas “ruins”, como mostra o gráfico abaixo. Entrando em consonância com o fato de terem respondido de forma tão genérica quando perguntados dos problemas locais das comunidades as quais pertencem.

Sobre o conhecimento que você tem da sua comunidade após o desenvolvimento do PLA



Uma outra questão relevante está atrelada à relação percebida entre a participação no Programa e as expectativas relativas ao futuro. De modo geral, há na literatura certo consenso

em torno da imprevisibilidade associada ao futuro, bem como o desdobramento dessa incontrollabilidade em apatia do sujeito. O futuro constitui hoje mais do que nunca, o espaço do dever possível, mas, ao mesmo tempo, com uma indeterminação expressa, com frequência cada vez maior, como insegurança (Leccardi, 2005, p.14). No entanto, não é essa incerteza aquela identificada nas informações dos estudantes ao serem indagados sobre o futuro:

“sim, pois este programa além de ajudarmos a concluir o ensino fundamental nos instrui a compreender a comunidade em que vivemos e nos qualifica para nosso futuro trabalho” (Informante 72);

“sim, porque o Projovem está abrindo uma porta para o meu futuro com o alcance de terminar os estudos em um ano” (Informante 12);

“sim, porque nós iremos sair com aprendizado e a qualificação de trabalho uma grande oportunidade de arranjar o primeiro emprego” (Informante 13);

“sim, porque eu posso pensar num futuro melhor para mim e minha família” (Informante 15);

“sim, porque só assim estou podendo concluir o meu ensino fundamental, vou chegar ao ensino médio e já assim eu posso conseguir um emprego e assim vou fazer minha faculdade tão sonhada” (Informante 21);

De acordo com essas falas, percebemos que a maior parte dos entrevistados faz a relação estudo/ emprego como garantia de futuro, depositando enorme investimento em melhoria de vida com os cursos profissionalizantes oferecidos pelo projovem. Obviamente, não é o caso de elaborarmos certa apologia ao Programa, mas apenas argumentar em torno do papel de uma política pública no sentido de cercear esse elemento contingente característico da contemporaneidade.

5. Considerações finais

O direcionamento do Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária no município de João Pessoa, decerto, questiona o termo “considerações finais” deste artigo. Na verdade, os resultados parciais da análise do ProJovem revelam mais as possibilidades de aprofundamento de estudos e menos uma análise final dos resultados. Destacamos dois pontos centrais neste debate: o primeiro refere-se a como o ProJovem (enquanto política pública direcionada às demandas da juventude urbana no Brasil) tem respondido *relativamente* às expectativas dos jovens considerados em situação de vulnerabilidade social ou em “situação de risco” (LECCARDI, 2005). Evidentemente, a ação do

Programa não pode ser vista de forma isolada, mas sim em conjunto com a dinâmica sócio-econômica da sociedade brasileira.

Acima, ressaltamos o caráter inconclusivo da investigação. Ou seja, o termo referido revela, por um lado, o caráter inconcluso da própria natureza e dinamicidade que se encontra atrelado à produção de conhecimento, alvo permanente de pesquisa. Neste sentido, o objeto de estudo deve ser percebido como complexo e passível de diversos olhares “sociológicos”. O segundo aspecto de (in)conclusão revela que, por outro lado, o desenvolvimento do Programa pode tomar feições e direcionamentos diversos a partir de variáveis como o papel das instâncias locais na sua condução, por exemplo. Evidentemente o olhar sobre o ProJovem no município de João Pessoa indica a necessidade de estudos comparativos nas diversas municipalidades no sentido de aprofundar as variáveis postas. Logo, percebe-se que o programa se apresenta como campo fecundo para investigações futuras.

A título de conclusão, neste sentido, pode-se dizer que, ainda que o programa possa aumentar as possibilidades daquilo que propõe (como formação para a cidadania, iniciação ao mundo do trabalho, ação comunitária e, finalmente, aumento de escolaridade desta parcela da população) pode, da mesma forma, revelar a não vinculação direta entre aumento da escolaridade e participação no mercado de trabalho, por exemplo. Neste caso, o olhar deve se voltar mais sobre as possibilidades de emprego e renda no atual quadro da sociedade brasileira do que propriamente sobre o programa. Esta concepção procura afastar tanto os olhares ingenuamente otimistas (que vêem na educação uma ponte direta para a inclusão social, pela via da inclusão no mundo do trabalho) quanto os pessimistas, que neste caso, seriam fadados ao imobilismo por parte do Estado e de suas políticas públicas.

Neste sentido, a análise madura da realidade deve analisar tanto as possibilidades do programa, no que se refere à garantia do direito à educação e ao aumento de possibilidades de inserção em diversas esferas sociais, quanto suas impossibilidades frente a um quadro de grande desemprego e aumento das diversas “vulnerabilidades” no quadro geral das grandes cidades brasileiras. Finalmente, é possível perceber que, de fato, isto apenas é passível de ocorrer a partir da efetivação concreta do Programa, ou seja, evidenciar-se a confluência dos sujeitos envolvidos e um maior estreitamento entre os objetivos constituintes do Projeto e os estudantes, algo que, por exemplo, em relação à efetivação do PLA, embora seja perceptível a importância atribuída a ele pelos jovens, não se evidencia as conseqüências esperadas.

Referências

- ABRAMO, Helena Wendel. *Cenas Juvenis: punks e darks no espetáculo urbano*. São Paulo, Scritta/ Página Aberta, 1994.
- _____. *Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil*. *Revista Brasileira de Educação*, nº 5 e 6, 1997.

ALVIM, Rosilene & PAIM, Eugênia. Os Jovens Suburbanos e a mídia: conceitos e preconceitos, In Rosilene Alvim e Patrícia Gouveia (orgs.), *Juventude Anos 90: conceitos, imagens e contextos*. Rio de Janeiro, Contra Capa, 2000.

AZEVEDO, Janete M. Lins de. *A Educação como Política Pública*. 2. ed. Campinas, SP, Autores Associados, 2001.

BECK, Ulrich. *World risk society*. London, Sage, 1999.

BOCK, Sílvio D. A Inserção do Jovem no Mercado de Trabalho. In Helena W. Abramo, M^a Virgínia Freitas e Marília P. Sposito (orgs.), *Juventude em Debate*. S.Paulo, Cortez/ Ação Educativa, 2000.

BRASIL, República Federativa do. Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária - PROJOVEM. Disponível em <www.ProJovem.org.br> Acesso em 03 de Agosto de 2006.

CARDOSO, Ruth & SAMPAIO, Helena. Estudantes Universitários e o Trabalho. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. nº 26, 1994, p. 30-65.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social*. Uma crônica do salário. Petrópolis - RJ, Vozes, 1998.

COSTA, Sérgio. Quase crítica: insuficiências da sociologia da modernização reflexiva. *Revista Tempo Social*, vol. 16, nº 2, 2004.

COSTA, Jean; SOARES, Swamy; BRANDÃO, Carla de S. Modernidade, juventude, risco e reconhecimento: Uma análise das estratégias sócio-culturais do ProJovem. *Projeto do Prolicem*, UFPB, 2007.

GIDDENS, Anthony. *As Conseqüências da Modernidade*. São Paulo, Companhia das Letras, 1991.

GIDDENS, Anthony; BECK, Ulrich & LASH, Scot. *Modernização Reflexiva*. Política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

LANG, A; CAMPOS, M; DEMARTINI, Z. História oral e pesquisa sociológica: A experiência do CERU. 2^a ed. São Paulo. Humanitas, 2001.

LECCARDI, Carmem. "Para um novo significa do futuro. Mudança social, jovens e tempo." In *Tempo social*, v.17 n.2, São Paulo, 2005.

MADEIRA, Felícia R. e Rodrigues, E. M. Recado dos Jovens: mais qualificação. In: Berquó, E. (org.). *Jovens Acontecendo na trilhas das políticas públicas*. Brasília: CNPq.

MARTINS, Heloisa Helena T. Souza. (2000), A Juventude no contexto da reestruturação produtiva. In: Helena W. Abramo, M^a Virgínia Freitas e Marília P. Sposito (orgs.), *Juventude em Debate*. São Paulo, Cortez/ Ação Educativa, 1998.

MELUCCI, Alberto. Juventude, Tempo e Movimentos Sociais. In *Revista Brasileira de Educação*, nº 5 e 6, 1997.

MINAYO, Maria Cecília de Souza... et all. *Fala, Galera: juventude, violência e cidadania*. Rio de Janeiro, Garamond, 1999.

NOVAES, Regina R. "Juventude e Participação Social: apontamentos sobre a reinvenção da política", in Helena W. Abramo, Maria Virgínia Freitas e Marília P. Sposito (orgs.) *Juventude em Debate*. S.Paulo: Cortez/ Ação Educativa, 2000.

PAIVA, Marcelo Rubens. Juventude e Mobilização. In Helena W. Abramo, Maria Virgínia Freitas e Marília P. Sposito (orgs.), *Juventude em Debate*. São Paulo, Cortez/ Ação Educativa, 2000.

SOARES, Swamy de Paula Lima. *Educação e Desenvolvimento Sustentável: limites e possibilidades da ação política local*. Dissertação de Mestrado. UFPE, Recife, 2004.

SPOSITO, Marília Pontes; CARRANO, Paulo César Rodrigues. Juventude e políticas públicas no Brasil. In *Revista Brasileira de Educação*, n 24, 2003.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. In *Revista Sociologias*, nº 16, julho/dez de 2006.

TRIVIÑOS, A. N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.